



Anais da Assembléia

Nº 37

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Airtton Cordeiro, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Jurandir Messias, José Domingos, José Tavares, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Werner Wanderer (32). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Fiori Luiz, Nilso Squarezi, Adalberto Daros, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Valter Pietrângelo, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Mário Celso, Nestor Baptista, Palácios, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Este Plenário, por duas vezes aprovou, por unanimidade, a retirada de pauta do Projeto 37/81, para que a Comissão Especial pudesse examiná-lo, principalmente, esta última decisão da semana passada, diante de uma mensagem aditiva que altera uma das emendas que a Comissão Especial também havia aprovado por unanimidade.

Então, é apenas para questionar a Vossa Excelência da nossa estranheza de ver incluído na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei Complementar 37/81, quando, na realidade, não fora este o entendimento que este Plenário e Vossa Excelência traçou com este Deputado ao permitir que o nosso requerimento fosse submetido a Plenário e fora aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para esclarecer o Plenário que na última quarta-feira nós fizemos um apelo para que a Presidência tornasse a colocar na Ordem do Dia, o projeto sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná, mencionando, inclusive, que o Deputado que apresentara essa solicitação de que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia, não especificara o número de sessões pelas quais deveria esta matéria ficar ausente da Ordem do Dia e fizemos também um apelo aos Deputados que compõem a Comissão Especial, inclusive ao Deputado José Domingos, que é o Presidente da dita Comissão, para que a matéria fosse devidamente analisada a fim de que voltasse hoje

à Ordem do Dia, com o parecer da Comissão Especial, daí porque estranhamos a manifestação feita pelo Deputado que nos antecedeu na tribuna, e agradecemos a Presidência pelas providências tomadas de acordo com a nossa solicitação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

Apenas para também demonstrar aqui a minha estranheza pela forma como o Deputado Airtton Cordeiro colocou a sua posição, porque, na realidade, fora este Deputado, em aparte a ele, na sessão de quinta-feira, que demonstrara a preocupação com o tempo.

Na realidade, não especifiquei o número de sessões que deveria o projeto ser retirado, mas não tendo demonstrado e nem fixado o número de sessões, a bem da verdade eu demonstrei a minha preocupação e em seguida o Deputado José Domingos convocou, e este Deputado fora convocado como um dos membros da Comissão, uma reunião para hoje, após a sessão plenária. Invoco o testemunho do Secretário da Comissão. Só quero saber de Vossa Excelência, porque é que se convoca Deputados e não se cumpre o que foi convocado. Ou nós estamos aqui para fazer as coisas com seriedade ou por brincadeira, porque para brincar eu não vim para cá, Sr. Presidente. Vim para honrar e dignificar o povo que me mandou para esta Casa e não para brincar de acordo com os interesses momentâneos de um ou de outro Deputado.

É por isto que eu quero deixar aqui o meu mais veemente protesto nesta ata da sessão de sexta-feira e dizer a Vossa Excelência que isto nós não podemos admitir passivamente, porque nós vamos construir um mandato com seriedade ou então eu acho que não há nem razão de estarmos aqui.

É esta a razão do meu protesto e também de estar hoje inflamado porque, nesta Casa, estou cansado de ver brincadeira com coisa séria, Sr. Presidente.

Quero saber como é que o Deputado José Domingos, Presidente da Comissão Especial, convoca uma sessão para hoje, depois da sessão plenária e este Deputado assina e vem de Londrina para participar desta reunião e esta reunião não é realizada.

Fica com a palavra Vossa Excelência e o Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao Deputado José Tavares, que já se confessou inflamado durante esta sessão de que realmente nós fizemos um apelo na quarta-feira para que a matéria fosse apreciada nas sessões de quinta e sexta-feira, para que pudesse retornar, Sr. Presidente, à Ordem do Dia desta segunda-feira, e foi o apelo inclusive que fizemos ao Deputado José Domingos, que é o Presidente desta Comissão Especial e esta Comissão teve 48 horas úteis para fazer a apreciação desta matéria e, ao mesmo tempo, nós mencionávamos que o Estatuto da Polícia Civil é uma reivindicação de muito tempo que está sendo atendida pelo Governador do Estado, que está sendo votada pela Assembléia Legislativa e que naturalmente deveria retornar à Ordem do Dia e para que possamos atender às necessidades da classe policial do Paraná a ser beneficiada pelo Estatuto. Então, tempo hábil houve para apreciação da Mensagem aditiva, como houve tempo hábil também para que fosse exarado o Parecer da Comissão Especial sobre esta matéria.

Não vejo nenhuma incongruência da Presidência e também não vejo nenhum reaquiúco de brincadeira com uma matéria de tanta seriedade.

O que não podemos é ficar, efetivamente, à mercê, eternamente, da vontade de conduzir os trabalhos da Oposição nesta Casa. Simplesmente isso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado José Tavares que fará constar da Ata o protesto lavrado e informa também ao nobre Deputado de que de acordo com o requerimento formulado por Vossa Excelência, o projeto foi retirado de pauta. Posteriormente, o requerimento verbal do Deputado Airton Cordeiro, solicitando de que este projeto fosse reincluído na Ordem do Dia, decorrido quase uma semana, esta Presidência houve por bem reincluir na Ordem do Dia.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Lamento que a solicitação do Deputado Airton Cordeiro tenha prevalecido sobre a deliberação da Casa. Mas, acontece, Sr. Presidente, que eu também fui convocado pelo Presidente da Comissão Especial para uma reunião após a sessão plenária de hoje. E a Comissão Especial que está apreciando o Estatuto da Polícia Civil, naturalmente, teria um prazo de cinco dias e outro prazo não estava estabelecido ao requerimento aprovado pela Casa para devolver a plenário a proposição. Surpreende-me, esse comportamento da reinclusão da proposição na Ordem do Dia.

E, nestas condições, quero deixar aqui também lavrado o meu protesto, porque nós estamos sendo enganados; na verdade, este é o termo.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente (Pela ordem) (Assentimento).

Sr. Presidente, ainda convém lembrar, de que é prerrogativa exclusiva do Presidente da Casa, colocar as matérias para votação na Ordem do Dia. Então Vossa Excelência ao fazer retornar à Ordem do Dia esta Mensagem que trata do Estatuto da Polícia Civil do Estado, nada mais faz do que cumprir uma prerrogativa exclusivamente sua, de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem) - (Assentimento)

Sr. Presidente, não me encontrava em plenário, mas tive a oportunidade de ouvir, pelo serviço de som da Casa, o protesto inflamável do Deputado José Tavares com relação à decisão de Vossa Excelência, legal, justa, regimental, de colocar, na Ordem do Dia, determinada matéria na Ordem do Dia de hoje.

Entretanto, quero também protestar contra a atitude da Mesa, Sr. Presidente, em ter aceitado o requerimento pedindo a retirada da matéria da Ordem do Dia da semana passada. Vossa Excelência foi condescendente para com o autor do requerimento e está recebendo a paga hoje, por ter querido atender a uma situação política, Vossa Excelência está recebendo a paga hoje. Vossa Excelência não podia aceitar o requerimento por duas razões: primeiro, porque a matéria se encontrava e se encontra em Regime de Urgência e em segundo lugar, porque estava em fase de votação. Jamais uma matéria pode ser retirada da Ordem do Dia em fase de votação e Vossa Excelência, dentro do espírito democrático com que sempre se houve nesta Casa, atendeu a uma situação requerida pela Oposição e hoje está recebendo a paga por este gesto.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, só apenas gostaria de indagar a Vossa Excelência se Vossa Excelência fica com a decisão soberana do Plenário ou se fica com o requerimento verbal do Deputado Airton Cordeiro. Porque o Deputado José Domingos, Presidente da Comissão Especial, repito, convo-

cou uma reunião para hoje depois da sessão plenária e se não me falha a memória, Vossa Excelência deve ter testemunhado esta conversa que tivemos aqui e este Deputado, juntamente com o Deputado Lineu Turra, também membro da Comissão, assinou a convocação para hoje depois da sessão plenária. Nós nos reunimos e elaboramos um novo parecer para que a matéria fosse incluída na sessão de amanhã, até Vossa Excelência foi indagado se daria tempo ainda, Vossa Excelência disse que se voltasse na terça-feira, teria tempo suficiente.

Então, o meu questionamento e a minha estranheza é pura e simplesmente para saber se o Plenário tem realmente força ou não tem se quem tem força aqui é um Deputado que, anti-regimentalmente, solicita de Vossa Excelência a reinclusão na Ordem do Dia, quando, para este Deputado, José Tavares, ao solicitar a retirada foi exigido que fizesse por escrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela ordem)-(Assentimento).

Sr. Presidente, não quero aqui dar nenhuma lição a nenhum Parlamentar sobre o que preceitua o Regimento Interno da Casa, porque é obrigação de cada Deputado conhecer este que é o estatuto jurídico que preside o nosso relacionamento dentro do Poder. É necessário um requerimento escrito quando se solicita a retirada da Ordem do Dia de qualquer matéria. Mas é prerrogativa exclusiva do Presidente da Casa a reinclusão da matéria na Ordem do Dia.

Fizemos um apelo ao Presidente e o Presidente acatou o apelo. Não houve nenhuma intenção de querer proteger qualquer Deputado.

Esta é a manifestação que fazemos com base no Regimento Interno da Casa, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente estranhemos hoje pela manhã quando observávamos a Ordem do Dia para a sessão de hoje, a inclusão do Estatuto da Polícia Civil como uma das matérias a serem apreciadas. Porque ainda na semana passada, num contato neste plenário, com a presença de Vossa Excelência, Sr. Presidente, ficou assentado que nesta segunda-feira seria realizada, logo após a sessão plenária, uma reunião da Comissão Especial para que a matéria fosse então reencluída na Ordem do Dia a partir da sessão de amanhã.

Isto porque a Assembléia Legislativa, na quinta-feira, estava prestando homenagem póstuma a uma pessoa falecida, pertencente à nossa sociedade. Na sexta-feira também não havia condições da reunião da Comissão porque vários membros estavam fora da Capital. Inclusive o Deputado Relator, Deputado José Tavares e outros Deputados. Então ficou acertado, em entendimentos que tivemos, que seria realizada uma sessão da Comissão Especial logo após a sessão plenária de hoje. Inclusive providenciamos a convocação naquele dia mesmo e entregamos aos Srs. Deputados. Convocação que foi assinada, no momento, pelo Deputado Tavares e pelo Deputado Lineu Turra.

Entendemos a importância da Mensagem. Achamos que ela está há muito tempo na Casa e policiais civis realmente aguardam, com ansiedade, que o Estatuto venha a ser aprovado.

Ainda na última sexta-feira, quando participávamos da inauguração da moderna Delegacia de Proteção ao Menor, vários foram os policiais, de diferentes carreiras, que nos interpelaram a respeito do Estatuto da Polícia Civil. E nós dissemos que a Comissão Especial estaria reunida hoje.

Por isto, realmente surpreendemo-nos com a inclusão da matéria da Ordem do Dia. Mas, entendemos também, que ela é do pleno conhecimento de todos os Srs. Deputados.

Não há qualquer razão para levarmos adiante esta discussão que me parece estéril e que não leva a nada. Todos conhecem perfeitamente a matéria, principalmente os membros da

Comissão Especial que há mais de um ano tem realizado reuniões com elementos da classe policial. E o aditamento que vem do Governador não tem nenhuma novidade, a não ser em termos de melhorias à classe policial em diferentes carreiras, como de escrivães, de investigadores, uma carreira que está desaparecendo, para passarem a detectives, para agentes de segurança, para motoristas. Embora já tenha dito, anteriormente, achasse que os índices de percentuais de vencimentos deveriam ser melhores, principalmente para as classes menores.

Mas a matéria está aí, a classe policial aguarda com expectativa e entendemos que não há necessidade nenhuma da matéria voltar à Comissão, porque os Deputados que pertencem à Comissão estão inteirados da matéria.

Só estranhamos, realmente, que a matéria estivesse sido incluída na Ordem do Dia, quando havia sido programada e convocada, pela Presidência da Comissão Especial, uma sessão para logo após a sessão plenária desta segunda-feira. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em discussão a ata. Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTOS

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA PARA O PROJETO DE LEI N.º 46/81, de sua autoria, que visa estabelecer a concessão de remissão de débitos de funcionários da Coordenação da Receita do Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto n.º 34/82, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1982.

(a) ANTÔNIO ROMERO FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANGELIN JACOMEL, residente no Município de PIRAQUARA.

O extinto era funcionário da Rede Ferroviária Federal, irmão do falecido Deputado Estadual João Leopoldo Jacomel e sogro do Prof. José Picolin, diretor-proprietário do Colégio Ruy Barbosa.

Requer-se, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada na pessoa da viúva do extinto, Senhora ELVIRA JACOMEL, residente em Piraquara e ao seu genro Prof. José Picolin, diretor do Colégio Ruy Barbosa, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao eminente escritor paranaense JOSÉ WANDERLEY DIAS, pelo lançamento das obras "Canção do Não-Esquecer" — "O que o Vento Conta" e a de comemoração das 7.000 crônicas "A Vista do Meu Ponto", realizado em tarde-noite de autógrafos no dia 07 próximo passado nesta Capital.

Tal lançamento mais uma vez coloca em destaque esse nosso laureado escritor paranaense e expõe a cultura de nossa terra fente ao cenário nacional. Razão pela qual de justiça que essa casa de autêntica representação popular registre com augúrio tal acontecimento, que marca mais um passo frente à cultura literária do Paraná.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. GILBERTO GARBI, Diretor-Presidente da TELEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para a instalação de um telefone público no Bairro da Fazendinha, em Campo Largo-Pr.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O Bairro da Fazendinha, apresenta um grande número de contingente populacional em Campo Largo, sendo que há vários estabelecimentos comerciais e diversas residências. Justificando-se plenamente a instalação de um aparelho telefônico (público) que viria a atender as muitas necessidades daquela gente. Há muito tempo a população vem solicitando este benefício, sendo que até a presente data nada foi feito, nem mesmo mediante abaixo assinado para as autoridades locais. Conhecendo o trabalho do Sr. GILBERTO GARBI é que se faz tal pedido.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. PAULO PROCOPIACK AGUIAR, Diretor da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação da citada rua, em Barro Preto-SJ.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de mais de 15 (quinze) residências, inclusive com diversas crianças, e que se ressentem do problema da falta de energia elétrica, fato lamentável, pois, segundo moradores da Travessa Araújo, a eletrificação chega até uns 50 mts. antes de suas moradias.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. PAULO PROCOPIACK AGUIAR, Diretor da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação da citada Vila em Quitandinha.

Sala das Sessões, em 6 de maio de 1982.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de 50 (cinquenta) moradores que se ressentem do

problema da falta de energia elétrica, fato lamentável, pois, dentre muitas residências existem diversas crianças e, a citada Vila fica nas proximidades da BR 116, altura do Km 159.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor GILBERTO GERALDO GARBI, digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um posto telefônico, na localidade de GRAMADINHO, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1982.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma localidade com apreciável contingente populacional, onde funciona uma escola do 1.º grau com cerca de 100 (cem) alunos em 2 turnos, bem como uma Capela da Igreja Católica e uma forte Casa Comercial.

A distância da sede do Município de Cascavel, ultrapassa 20 km de estradas primárias pela qual escoam os vários produtos agrícolas cultivadas nessa fértil região do município.

A população é de formação ordeira e desenvolvimentista, basicamente oriunda do Estado do Rio Grande do Sul, e por essa razão, arraigada ao trabalho do campo, necessitando por isso de assistência adequada para manter o surto de progresso, eis que, nas suas proximidades, grande número de novos agricultores ali se afixaram, o que justifica a instalação de um posto telefônico para melhor suprir as deficiências a que estão submetidos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando do mesmo urgentes providências no sentido de ampliar a rede de água no Município de Campo Largo, no trecho compreendido entre o final da R. Padre Natal Pigato e a estrada da Sereia, passando pela localidade de Rondinha.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato de que neste local existe um grande número de habitantes que ainda não são atendidos por este serviço prioritário, apresentando ainda boas condições financeiras para a realização da obra.

Assim sendo, temos a certeza de que não existe nenhum motivo para que esta reivindicação deixe de ser atendida.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 54/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação São José de Assistência aos Menores de Arapoti, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1982.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora pretendemos declarar de utilidade pública, através do presente plano de lei, está devidamente re-

gistrada como pessoa jurídica no Cartório do Registro Civil e Anexos, Comarca de Jaguariaíva, desde 1967, estando portanto, a referida entidade em condições de receber os benefícios da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria aqui enfocada.

Assim sendo, esperamos dos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação do projeto de lei proposto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No mês de dezembro, quando esta Casa discutia e votava a chamada Lei do Regimento de Custas do Poder Judiciário, nós levantávamos uma questão de grande relevância que era a modificação do projeto original, sem nenhuma observância da legislação vigente, além do que alguns Deputados portadores de titularidade de cartórios, votavam a matéria violentando assim dispositivo constitucional. É intenção, Sr. Presidente, da nossa bancada, reexaminar esta matéria, já que o clamor público está a exigir um comportamento eficaz por parte dos Deputados, principalmente dos Deputados da Oposição, que se posicionaram frontalmente contra as alterações introduzidas no substitutivo daquele projeto.

Sr. Presidente, é natural que na constância de alterações que vive a sociedade moderna e diante de tantas repercussões que vêm causando o movimento dos juristas em todo o País, seria necessário que nós viéssemos a essa tribuna, na data de hoje, prestar aqui, Sr. Presidente, aos advogados, aos juristas que ministraram aulas na sexta conferência da Ordem dos Advogados do Brasil, cujo conclave se realizou com encerramento no dia 6 último em Florianópolis. E esta carta dos advogados, Sr. Presidente, declara da necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para legitimar o poder e dar um novo ordenamento jurídico, capaz de colocar a sociedade brasileira à mercê de uma lei maior, legitimamente constituída, através dessa constituinte. E é necessário que se registre aqui a bem da ressonância que tem dado o posicionamento, desde que ocorreu em Curitiba, alguns anos atrás, a grande conferência relativa à modificação da estrutura jurídica do País. São os advogados, professores, catedráticos, homens da mais alta respeitabilidade do conhecimento jurídico, é que, tem reclamado do País e principalmente dos atuais detentores do Governo, da necessidade de movimentação desta mesma sociedade, no sentido de reordenar o País juridicamente.

E esta posição ficou mais uma vez consagrada pelo pronunciamento do Presidente da Ordem dos Advogados, que dizia, nesta oportunidade, que é necessário a revogação imediata da Lei de Segurança Nacional, reforma de ensino jurídico, adoção do ensino público gratuito em todos os níveis.

Essas são as principais ponderações trazidas pela carta de Florianópolis.

Acompanha ainda, especificamente a moção sobre a Constituição de um novo ordenamento (retirado o som).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No próximo dia 14 de maio, o Governador Ney Braga deixa as suas atribuições de Chefe do Poder Executivo do Estado, para se descompatibilizar e concorrer a uma cadeira no Senado da República.

Não exito ao afirmar que Ney Braga deixa o Governo de cabeça erguida, olhando de frente, como sempre, para cada paranaense que vivendo neste Estado sabe que a nossa história dos últimos 30 anos tem capítulos que foram escritos com o trabalho físico, com a capacidade intelectual, com o coração humano e com a liderança política do nosso Governador.

Ney Braga não sai do Governo para fugir às suas responsabilidades. Ele deixa o cargo para concorrer a uma cadeira no Senado da República, onde o Paraná tem 3 Senadores da Oposição. Sendo um deles, premiado por companheiros da antiga ARENA, abandonou as suas origens.

Uma cadeira na Câmara Alta nos tem feito muita falta e ninguém melhor do que Ney Braga para ocupá-la.

Esta é, portanto, a missão que se propõe a partir de agora, a responder, o Governador Ney Braga.

Missão que, sem dúvida, é das mais relevantes, que merece o apoio integral do Partido Democrático Social, que merece a compreensão e o apoio do povo do Paraná, que por esses anos todos se credenciou para julgar a vida pública do nosso Governador.

Estamos falando numa Casa eminentemente política. E é importante que se destaque que politicamente Ney Braga sempre agiu ouvindo os seus companheiros, acatando as suas reivindicações e provando que no Paraná, o PDS é um partido que está no Poder, porque Ney sempre prestigiou os seus Deputados, os seus prefeitos, e os seus Vereadores.

Por isso, sinto-me no dever de registrar o meu agradecimento, desta tribuna, pelo companheirismo político e pelo apoio administrativo que estes Deputados e os meus companheiros do interior, receberam sempre do Governador do Estado.

Juntos, continuamos, juntos percorremos este Paraná, para fazer deste Estado uma unidade da Federação, com representação ativa no Senado Federal.

Eleito Senador, Ney Braga não só representará as nossas aspirações em Brasília, mas participará do centro de decisões políticas, e mostrará ao Brasil, outra vez, que é um homem preparado para exercer a Presidência da República, pelas qualidades provadas ao longo de sua existência política.

Ney é um estadista que o Paraná oferece ao Brasil; é o Líder que se identifica com todas as gerações do Paraná, porque centrou sempre as suas preocupações em todas as faixas da população deste Estado, desde as gerações um pouco mais antigas, às gerações mais recentes, Ney voltou sempre o seu trabalho para o Paraná, como um todo.

Mas, quando nós iniciamos a semana em que Ney deixa o Governo do Estado, passando as elevadas responsabilidades de dirigir administrativamente o Paraná, a José Hosken de Novaes, um imperativo de consciência nos traz à tribuna desta Casa, para que rendamos a nossa homenagem ao nosso Líder, ao nosso companheiro, ao nosso amigo de todas as horas.

A este homem que buscou, através da sua vida pública, semear o bem, combater o mal, quando necessário, mas, especialmente, oferecer a sua cooperação pessoal aos paranaenses, sem distinção de classes sociais, sem se preocupar com a sua postura política, porque viu, em primeiro lugar, as preocupações reais do Estado do Paraná.

Creio ser conveniente, lembrar para os Anais desta Casa registrem, um pouco da vida pública de Ney Braga, que sempre foi marcada pela lealdade que sempre dedicou aos seus companheiros e ao povo paranaense. Através dos anos, alcançou uma Liderança política que se tornou famosa e respeitada em todo o País. Foi o primeiro Prefeito eleito de Curitiba; o Deputado Federal que recebeu o maior percentual de votos do eleitorado da Capital, em todos os tempos; o Governador que o Paraná elegeu para tirar este Estado do sangue e da violência no Oeste e Sudeste, para integrar o Norte e Sul, para criar os instrumentos de desenvolvimento econômico, social e

cultural.

Ninguém pode esquecer o que era o Paraná, realmente, antes do primeiro Governo Ney Braga, e ninguém pode permitir que se apague da sua memória, o que é este Paraná de hoje, que faz a sua população uma das populações mais felizes do Brasil, mesmo com a crise econômica que nós estamos enfrentando.

Aqui, felizmente, entregamos à nossa gente, condições para que ela produza, para que ela trabalhe, para que ela estude, para que ela vença as dificuldades que são colocadas diante de nós, com o mesmo amor, com a mesma devoção, com o mesmo carinho, com o mesmo respeito com que homens públicos do time de Ney Braga têm procurado trabalhar pelo seu Estado.

Mas, a sua marca de político não ficou simplesmente encrustada no espírito dos paranaenses que aqui vivem e que aqui conviveram e convivem com Ney, dentro do Paraná.

Ministro, timbrou sua passagem no Governo Castelo Branco, numa área da qual o Paraná tanto depende:— a agricultura.

Senador, mostrou, em Brasília, que o Paraná tem gente fiel ao seu povo e que para ele se empenha com decisão inabalável.

Ministro da Educação no Governo Geisel, Ney soube compreender que este é um País que pela Educação, a sua necessidade prioritária, e em cada Estado marcou sua atuação pelo apoio às universidades, às secretarias estaduais e municipais de educação.

Ney Braga, que no primeiro Governo criou as condições para que nosso Estado se desenvolvesse, estabeleceu como fundamento de sua obra atual, o bem-estar do homem, na cidade e no campo.

Para alcançar esse objetivo, desprezou as obras faraônicas, trocou o luxo pela simplicidade, aumentou substancialmente a atuação governamental às nossas questões sociais. E dentre essas questões sociais, podemos localizar o episódio das expropriações de Itaipu, quando Ney se colocou ao lado dos expropriados. Nessas questões sociais, podemos inserir o trabalho de Ney Braga em todos os movimentos reivindicatórios do Magistério do Paraná. Magistério, aliás, que foi colocado num plano secundário, nos últimos anos. E Ney, num período governamental que não se completa porque ele sai para outra missão política, não só recuperou o tempo perdido, mas como ofereceu muito mais do que aquilo que poderia realmente oferecer.

E é esta sensibilidade humana que precisamos destacar. De todos os ocupantes do Palácio Iguaçu, reconhecidamente Ney Braga é o Governador que mais atenção deu aos servidores públicos. A eles, mais do que Governador, Ney mostrou ser um amigo, restabelecendo, com a classe de 100.000 pessoas, o diálogo tão precário, tão camuflado de administrações anteriores, sendo possível comparar o relacionamento de hoje, somente ao primeiro Governo de Ney Braga, nas décadas dos anos 60.

Ignorar esta realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fechar os olhos para nossa própria realidade. Ainda hoje, nesta Casa, estamos, já desde o princípio da sessão, discutindo um Estatuto Jurídico, próprio, para a Polícia Civil do Paraná, reivindicação de quantos e quantos anos, que bolou nas gavetas, que murchou nas mesas, e que Ney fez ressurgir, com o apego que tem pelo problema social, oferecendo aquilo que, realmente, está ao alcance do Governo do Paraná, aquilo que está ao seu alcance e aquilo que realmente ele pode oferecer.

Cabe aqui, inclusive, uma colocação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é muito comum, quando no encaminhamento dessas reivindicações, a postura de alguns setores políticos, em proveito a posições pessoais, ou a posições partidárias, que devem presidir, que devem orientar, que devem nortear as relações entre quem dirige e quem é dirigido, sem prometer aquilo que o Governo do Estado não tem condições de cumprir;

é por esta razão que, quando o Governo toma iniciativa de suas manifestações perante esta Casa, ele, antes, pesa, sobre-modo, o que o Governo tem condições de oferecer; por que? Porque se trata de um Governo sério, comprometido com a realidade do Paraná e comprometido com as justas aspirações de todos os paranaenses!

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Lamento interromper o brilhante pronunciamento de Vossa Excelência, mas, não poderia deixar passar em branco, a oportunidade para, em nome de toda a Bancada do PDS, congratular-me com Vossa Excelência pelo brilhantíssimo discurso que está fazendo hoje na Assembléia, traçando o retrato fiel, honesto e irrefutável, da administração desse grande paranaense que é o nosso Governador Ney Braga. Vossa Excelência, talvez, aí houvesse esquecido um dado, um dado que poucos paranaenses conhecem: — é que, nesses três anos de administração Ney Braga, o Governo do Estado investiu 1 1/2, vez que o que investiu o Sr. Jayme Canet Júnior, em quatro anos de Governo, isto, já, com a devida correção monetária e, nesse investimento, feito pela administração.

Vê Vossa Excelência, que se diz aos quatro cantos do Estado que, a administração Jayme Canet foi uma boa administração. Realmente foi — quem tem Ney Braga nas costas ... até eu, se tivesse Ney Braga às costas, faria um Governo tão bom quanto o de Canet Júnior, — mas, veja Vossa Excelência que, Ney Braga, em três anos, investiu 50% a mais do que foi investido em todo o período anterior, isto, reforça o que Vossa Excelência está afirmando ao Paraná, que, realmente, o grande líder político deste Estado está deixando o Governo, agora, não para fugir da sua responsabilidade, porque acho que, o seu desejo íntimo seria, após prestar serviços ao Paraná ao longo de 30 anos, retornar ao convívio de sua família e a um descanso merecido, entretanto, Ney Braga renuncia a um ano de seu Governo, não para fugir a responsabilidade, mas para reforçar a representação do Paraná no Senado Federal — porque nós não temos nenhuma dúvida de que Ney Braga será escolhido Senador pelo povo do Paraná a 15 de novembro. Está aí hoje, a pesquisa realizada e publicada pela Revista VEJA, onde nós vemos um crescimento extraordinário do candidato Saul Raiz, e, quando Ney Braga for às ruas, porque até hoje ele é Governador, tem que manter o respeito ao seu cargo. Não pode, evidentemente, ir às ruas fazer campanha abertamente, mas quando ele for às ruas mostrar ao povo aquilo que ele realizou e aquilo que ele pretende fazer pelo Paraná no Senado Federal, tenho absoluta certeza que o PDS vencerá tranquilamente as eleições de 15 de novembro! E esta ausência de Ney Braga no Senado Federal, foi, realmente, muito ruim, para o Estado do Paraná, porque esta Casa aprovou autorização para que o Governo do Estado contraísse, no exterior, empréstimos, empréstimos para a aplicação de diversos planos que se fariam em favor das regiões subdesenvolvidas do Estado, como o PRÓRURAL e outros programas que foram elaborados pela Secretaria do Planejamento. Entretanto, o que o Paraná não sabe é que apenas a metade desses empréstimos foi aprovada pelo Senado Federal, por quê? Porque lá nós não temos uma representação, os nossos Senadores não estão com as atenções voltadas para a economia do Estado, para os interesses do Estado do Paraná, para atirarem pedras no Governo do Estado como nós vimos há poucos dias aí, o Senador Leite Chaves tentar uma representação judicial contra o Governo do Estado, então é para que não aconteçam mais esses fatos, que Ney Braga vá tentar novamente a eleição no Senado, para que o Paraná tenha realmente uma voz em defesa da nossa gente, em defesa do nosso Estado e dos nossos interesses.

Parabenizo-me com Vossa Excelência pelo pronunciamento dos mais felizes que Vossa Excelência está fazendo na

tarde de hoje.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço ao Deputado Erondy Silvério que, na sua vida política, viveu diversas etapas dos problemas do Paraná e o depoimento de Vossa Excelência sobre o Governador Ney Braga nos é de grande valia, porque sabemos desta vivência de Vossa Excelência e porque sabemos também que Vossa Excelência tem procurado compartilhar como pode, e da melhor forma possível, do êxito político e administrativo, da atual administração governamental.

Referimo-nos a alguns aspectos da vida de Ney Braga, da sua atuação administrativa e, certamente, poderíamos com a maior tranquilidade, focalizando, setorialmente, cada um dos pontos da administração Ney Braga, mencionar o muito que se fez neste Estado, neste período governamental, no setor de transportes, no setor da agricultura, no setor educacional, no setor de recursos humanos, no que toca à energia elétrica, à água, a esgoto sanitário, à saúde, à segurança pública. A abrangência da atuação administrativa deste Governo Ney Braga foi de tal grandeza, de tal ordem, que um grande expediente seria insuficiente para abordarmos todas estas questões, mesmo porque não temos aqui a preocupação de oferecer um relatório do Governo Ney Braga, porque o que nos preocupa realmente, é manifestar o apego, a afinidade, a gratidão que nós temos por Ney e a ligação que com ele temos, politicamente.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Deputado Ailton Cordeiro, solicitei o aparte, interrompendo a brilhante exposição que Vossa Excelência faz, desta tribuna, para solidarizar-me em nome pessoal e em nome da região que represento nesta Casa. Ainda sábado passado estivemos com o Governador Ney Braga, na Cidade de Clevelândia e lá pudemos verificar e participar das inúmeras inaugurações efetuadas naquela cidade de obras do Governo Ney Braga.

Permito-me arrolar algumas dessas realizações que também se verificam em outros municípios da região Oeste do Paraná que represento e da região Sudoeste.

Entre as obras inauguradas, sábado passado, estavam a Escola Papa João XXIII, com mais de 24 salas de aula, num total de 2.200 metros de área construída, num investimento superior a 50 milhões de cruzeiros, para dotar o setor educacional de Clevelândia de uma moderna, ampla e funcional escola para atender à população educacional digo, escolar, daquele município.

Posteriormente, participamos da inauguração da estação rodoviária, em Clevelândia, num local antes desassistido, desurbanizado e que se transformou num verdadeiro cartão de visita para Clevelândia.

Não só isso, a rodovia não é só um ponto de passagem de passageiros, mas, sobretudo, um ponto de encontro de pessoas humanas que por lá transitarão.

A par dessas duas obras, pudemos inaugurar também a agência de rendas do município e participar do início do segundo acesso asfáltico com a pavimentação da avenida principal de Clevelândia, da Avenida Nossa Senhora da Luz, e presenciarmos o desenvolvimento de obras também no setor de esgotamento sanitário de Clevelândia, num investimento superior a 60 milhões de cruzeiros.

Tivemos a oportunidade, ao lado de dirigentes da COPEL, de participar da remodelação do sistema de eletrificação urbana da cidade e a autorização para o início das obras de eletrificação rural. Ao lado disso, com a COHAPAR, participamos da compra de um terreno de 5 alqueires onde será implantada uma espécie de Vila Urbana no Município de Clevelândia para atendimento das classes menos favorecidas. Participamos, também, da inauguração do sistema telefônico no interior do município, nos Distritos de São Luiz, Fermino Martins, de São Francisco de Sales. Obras num investimento total de mais de 300

milhões, talvez não seja importante pelo valor em si, mas que significam que o plano do Governo Ney Braga de fazer com que o desenvolvimento alcance o homem onde ele estiver, foi executado na prática.

Congratulo-me com sua postura política, Deputado Aírton Cordeiro. Vossa Excelência que, desde o início do Governo Ney Braga disse e afirmou que era seu companheiro político, agora, ao apagar das luzes do atual período administrativo, quando o Governador entregará o comando político-administrativo deste Estado ao ilustre Professor Hosken de Novaes, Vossa Excelência vem à tribuna para reafirmar sua lealdade.

Lealdade que faltou a tantos homens públicos criados à imagem e à semelhança de Ney Braga, esta imagem de lealdade dos companheiros de partido, e esta lealdade que pautou e que pautará sempre a vida política do Governador Ney Braga, será, tenho certeza, o fator decisivo do sucesso do PDS, nas eleições de 1982.

Meus parabéns pelo pronunciamento, e a certeza de que todos nós, do PDS, estaremos empenhados em prosseguir aquilo que Cristo já ensinou e exigiu há vinte séculos atrás, de que todos os homens de bom senso e boa vontade, tenham o sentimento de lealdade a pautar a sua vida.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Luiz Alberto, Vossa Excelência vem de uma região que sofreu muito há alguns anos passados.

Vossa Excelência sabe perfeitamente o que significou todo esse trabalho, que foi num crescendo, até que pudéssemos ter o Oeste, o Sudoeste, o Paraná inteiro com a condição de desenvolvimento que tem hoje, graças a homens como Vossa Excelência, que, como porta-voz, que como representante, que como líder político da sua região e da sua gente, soube sempre conduzir os interesses que eram da região e seus, politicamente.

Da região, porque pessoas humanas lá precisavam da defesa desses interesses, e politicamente, porque sabe Vossa Excelência que é a política o melhor canal de comunicação entre os que dependem e aqueles que decidem.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte? —
(Assentimento)

Quero congratular-me com as posições que adota Vossa Excelência, neste momento, fazendo uma exposição, fazendo um relato, fazendo, não digo a defesa, mas enaltecendo a posição do nosso líder político paranaense maior que é Ney Braga, pai de todos os políticos, maiores, que postulam hoje posições no Estado.

Homem que, realmente, deu literalmente a sua vida ao Estado, e que hoje se lança ao Senado Federal, deixando o Governo do Estado, preferindo a disputa, o contato com o eleitorado à comodidade de uma aposentadoria que lhe seria mais do que justa.

Assim são os grandes homens, assim são os homens talhados para grandes tarefas. Há poucos dias, dentro do programa de obras no interior do Estado, obras que são de opção exclusiva das prefeituras e das comunidades, inaugurava-se em Uraí, um ginásio de esportes.

Uraí é uma pequena cidade, quatro mil eleitores e tanto.. um belíssimo ginásio de esportes. E, à primeira vista, talvez fosse até um exagero para aquela cidade ter um ginásio de esportes daquele porte, e com aquela estrutura, com aquelas condições todas para oferecer à população. Mas é que, durante a fala que fez o Prefeito, ele dizia que Uraí, na sua modéstia, era pentacampeão brasileiro de basquete feminino paranaense. Quer dizer que, Ney Braga, vendo a necessidade de um pequeno núcleo de esporte do Paraná, onde se fabricam os campeões

paranaenses, premiou aquela cidade com um belíssimo ginásio de esportes.

Inauguramos.

Este serve, não só para atividades esportivas, mas serve como encontro de congrassamento de todas as atividades cívicas e públicas que o município possa ter.

Lembro-me e falo deste episódio, como elemento de justiça que se faz a uma pequena comunidade, é a visão do estadista, doar e fazer com que um núcleo pequeno tenha aquilo que exatamente merece.

Congratulo-me com Vossa Excelência, no momento em que faz as homenagens mais do que merecidas ao nosso grande Governador e futuro Senador da República.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Também agradeço, Deputado Valduga, o depoimento que Vossa Excelência traz a esta Casa, incorporando o conteúdo mais significativo deste pronunciamento, que é render uma justa homenagem ao Governador Ney Braga.

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Ilustre Deputado Aírton Cordeiro, quando Vossa Excelência iniciava o pronunciamento, a impressão para todos nós, é de que fazia referência exclusivamente ao primeiro período de Governo Ney Braga.

Mas, na medida em que Vossa Excelência procurou equiparar e medir com as mesmas medidas o primeiro Governo de Ney Braga e o catastrófico governo atual...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Engano de Vossa Excelência.

O Sr. Nelson Friedrich — ... nós passamos a entender que Vossa Excelência estava mais trazendo uma mensagem messiânica do neysmo, o "salvador do Paraná", o "gerador de todo o progresso", e neste instante...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que está encerrado o tempo de Vossa Excelência na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o nobre Deputado Aírton Cordeiro ocupará cinco minutos do Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre Deputado Aírton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Como disponho de cinco minutos, solicito brevidade do Deputado Nelson Friedrich.

O Sr. Nelson Friedrich — Concluirei em seguida. Só para deixar algumas coisas, ilustre Deputado.

Gostaria neste instante, que o Paraná soubesse a opinião dos indenizados de Itaipu sobre o Governo Ney Braga.

Que os suinocultores dissessem da sua opinião sobre o Governo Ney Braga.

Que os professores recentemente sofrendo agressões defronte ao Paço Municipal de Curitiba, o que tinham a dizer de Ney Braga.

O que as Universidades não federalizadas quando Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura não o fez, o que têm os universitários a dizer.

O que têm os trabalhadores do Paraná a dizer do Governo Ney Braga que desde o início do Governo estão sofrendo pressões para lutar com o objetivo da instalação de mais Juntas de Conciliação e Julgamento, porque temos apenas quatro, em Curitiba, oito no Estado, quando o Rio Grande do Sul tem 15 na Capital e 35 no Interior.

Gostaria que o Paraná pudesse ouvir o que têm os nossos aposentados para saber porque as agências previdenciárias do Paraná estão quase à metade das agências que tem o vizinho

Estado de Santa Catarina.

Gostaríamos de saber o que têm os dois milhões de paranaenses que saíram do Paraná nos últimos tempos do Governo da geração progresso.

Precisaríamos saber por que Ney Braga não aceita um debate com Leite Chaves para dizer quantos pareceres, quantos projetos, quantos pronunciamentos fez Ney Braga quando Senador da República.

Gostaríamos de ouvir o Paraná, para falar até a respeito do que disse o líder do PDS há pouco, de que os nossos Senadores estão em Brasília, inclusive lutando contra os interesses do Paraná.

Vamos ver os Anais do Senado para ver quem se manifesta efetivamente em favor dos verdadeiros interesses paranaenses e porque estes empréstimos não são aprovados, quando a maioria do Senado pertence ao Partido do Governador. E lá não comparece não sei por quê, por omissão, por desinteresse ou por falta de liderança deste Estado.

Por que as indenizações de Itaipu para com o Estado do Paraná continuam sendo na verdade, lutas esporádicas, de determinados paranaenses como o Diretor da "Gazeta do Povo". E o Paraná não as encampa, porque não tem tido força política.

E a falência do poder político do Estado, da atual liderança de Ney Braga é patente, porque não tem mais nenhum Ministro na atual direção deste País.

Então, Companheiro, amanhã, no Grande Expediente, teremos oportunidade de falar, porque não quero gastar o seu tempo, porque usarei o Grande Expediente de amanhã para falar sobre o outono do patriarca, que me parece que resume com muita clareza, os momentos que estamos vivendo nesse Estado. É o outono do patriarca; é o fim de um ciclo e depois dele não virá o dilúvio, não; virão novas esperanças. E aí sim, entendemos nós, novos progressos.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — É o que pensa, ilusoriamente, Vossa Excelência.

Primeiro, porque não vivemos o outono do patriarca algum. Em segundo lugar, porque de Ney Braga brotaram todas as lideranças políticas importantes deste Estado, inclusive aquela que a Oposição apresenta hoje, com candidatura estabelecida para o Governo do Estado.

Mas, Vossa Excelência tocou num ponto que é muito importante, quando falou do trabalho dos nossos senadores hoje em Brasília.

E quero lembrar aqui que hoje, quando Ney Braga precisa do apoio do Senado Federal para aprovar matérias do interesse do Paraná, ele é obrigado a se socorrer dos Srs. Passos Porto, Jarbas Passarinho, Bernardino Vianna, Pacheco Chaves, e outros Senadores de outros Estados, porque os nossos Senadores, os nossos aqui do Paraná, se negam a ajudar o Paraná na questão de que o Paraná deles precisa.

Esta é a grande realidade, Deputado Nelson Friedrich. O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência fica devendo a comprovação disso.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Peço a Vossa Excelência, Sr.

Presidente, que me garanta a palavra, porque não justifico que simplesmente por uma oposição partidária, os Senadores do Paraná, ajam contra o Paraná.

Mas eu terei tempo também amanhã, de responder ao aparte integral de Vossa Excelência, e quero concluir dizendo que Ney é o estadista que o Paraná oferece ao Brasil, é o líder que se identifica com as gerações todas deste Estado, porque sempre centrou em suas preocupações toda a população do Paraná.

E a ele, Ney Braga, a nossa gratidão, pela obra gigantesca

que nenhum adversário conseguirá destruir, porque ele faz parte da História do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra, por dez minutos, em nome da Liderança do PDS, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes o nobre Deputado Nelson Friedrich, em aparte ao Deputado Ailton Cordeiro, disse que o nosso companheiro de bancada ficava a dever a comprovação do descaso, do desinteresse da representação do Paraná, no Senado, no caso o Senador biônico Affonso Alves de Camargo, hoje Secretário, não sei o que lá do PMDB, mais o Sr. Leite Chaves, mais o Sr. José Richa.

Então, também vai ficar devendo a comprovação da mesma forma o nobre Deputado Nelson Friedrich, das afirmações que fez a esta Casa sobre o outono do patriarca.

As urnas de 15 de novembro é que poderão responder. Não o pensamento do nobre Deputado. Se o pensamento é subjetivo, é o pensamento dele, do seu partido, da sua bancada, da Oposição. Vamos ver o que pensa o povo do Paraná. Essa sim a realidade, paupável, concreta, indestrutível. É a voz das urnas.

Fica também devendo o nobre Deputado Nelson Friedrich a comprovação do outono do maior líder político da História do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sempre foi o nosso entendimento, que a política, além de caminho de transigências para o alcance do bem comum, é também um caminho de renúncias pessoais, de trabalho conjunto.

No traçado da ação política, são os partidos unindo pessoas num mesmo ideal, que dão orientação e lógica aos esforços de todos, conferindo valores e serviços, mais, principalmente, ao desprendimento com que cada um se soma no conjunto.

E é esse desprendimento aliado à capacidade de organizar, de domas, que faz um verdadeiro homem de Partido.

Qualidades que queremos ressaltar num membro desta Casa, o nobre Companheiro Luiz Roberto Soares, hoje respondendo pela Secretaria da Cultura e Esportes. E desempenhando no PDS as funções de coordenador geral da campanha.

O Deputado Luiz Roberto Soares abrindo mão de sua condição de candidato nato à reeleição. Uma reeleição tranqüila, segura, ou de postular qualquer outro mandato, Luiz Roberto Soares atendeu apelos da equipe partidária. Assumiu tarefas difíceis e nem sempre bem compreendidas, entre elas, a de conciliar os interesses de candidatos conflitantes em alguns municípios do Paraná.

É de nome o nosso partido ser democrático. As dissensões são tão naturais quanto sadias.

E sempre entendemos que o foro de quaisquer debates, devem ser partidários. Debates internos, evidentemente para que a imagem da agremiação apareça realçada pelo que tem de mais positivo, a união, a ação inteligente, o espírito público.

Não nos conformamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando ouvimos críticas públicas ao trabalho do nobre companheiro Luiz Roberto Soares, cuja atuação longe de merecer reparos, tem despertado reconhecimento e aplauso de todos os nossos companheiros.

O Sr. Gabriel Mianoel Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, fazer apologia do ilustre companheiro nosso, nosso ex-líder Deputado Luiz Roberto Soares, seria chover no molhado.

Sabe a Oposição que este moço veio aqui para a Assembléia com uma votação que poucos Deputados do antigo PMDB

tiveram.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não é a Oposição que está criticando o nosso companheiro. Vamos fazer justiça à banca da Oposição.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, então, eu só queria continuar o meu aparte. Seriam companheiros nossos que estariam criticando? Então mesmo assim a Oposição tem que levar chumbo.

Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência, como nosso líder, amanhã ou depois, quando Saul Raiz ganhar as eleições, Vossa Excelência voltará certamente para esta Casa.

Se Vossa Excelência digamos, falando por hipótese, for nomeado Prefeito de Curitiba, Vossa Excelência há de ter vozes aqui que o defendam, porque Vossa Excelência sempre foi um líder autêntico.

É o que acontece com o Deputado Luiz Roberto Soares e sei perfeitamente que foram críticas infundadas de companheiro nosso que merece o nosso respeito.

Mas eu queria também dar uma colher de chá para a Oposição, para dizer que Luiz Roberto Soares está coordenando a campanha de Saul Raiz, que eles diziam que nós teríamos 1, 2 por cento, hoje estamos com 22 por cento e até o mês de setembro haveremos de atravessar o paralelo 38, porque, ao lado de Saul Raiz, tem Vossa Excelência, tem Ney Braga, Deputado Erondy Silvério, os homens do interior do Paraná que sabem o que querem, que sabem que há de continuar este regime para o bem estar do Paraná e de sua gente.

Pediria vênua ao criticar a Oposição, e diria que Vossa Excelência está fazendo uma defesa ao Deputado Luiz Roberto Soares, perfeita e sadia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Isso vem reforçar a nossa posição em defesa do nosso companheiro.

Queremos somente registrar, Sr. Presidente, em nosso nome pessoal e pelo que eu vejo em nome de toda a nossa Bancada, o nosso apoio e o nosso aplauso ao valioso trabalho desse dinâmico companheiro, esperando que esta manifestação sirva de estímulo para que prossiga da mesma forma, porque, melhor, é impossível.

O Secretário Luiz Roberto Soares, desenvolve o máximo de ação e desprendimento em favor da ação política do PDS, o máximo que se poderia desejar. E acredite-se pela importância que tem o Partido na condução da coisa pública, perante o povo do Paraná, como um dos mais dedicados e inteligentes homens públicos da atualidade política paranaense.

Não importa que algum companheiro da nossa própria Bancada não reconheça esses méritos, não reconheça a verdade. Talvez seja Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessária a exceção para que a regra se confirme e seja proclamada como realmente o está sendo, na tarde de hoje, não só por este Deputado, mas por eminentes companheiros.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado Erondy Silvério, mas eu queria, nesta oportunidade, dizer que o nobre companheiro Luiz Roberto Soares tem uma missão árdua, difícil de conduzir, mas a está conduzindo com brilhantismo, como autêntico democrata; tem procurado atender os companheiros, tem procurado conduzir esta campanha de uma maneira brilhante, e tudo faz crer que o resultado será satisfatório, pela maneira como ele vem procurando entrosar-se junto com os nossos companheiros.

Mas, permita-me nobre Deputado Erondy Silvério, tomar mais um minuto.

Quando eu descia a este plenário, pretendia apartear o nobre companheiro Airton Cordeiro, mas quero fazê-lo nesta

oportunidade, caro Líder, para trazer o nosso reconhecimento ao grande trabalho prestado pelo nosso Governador Ney Braga, que neste momento, nesta semana, quando ele se afasta do Governo, é preciso que se faça justiça, pelos seus 30 anos de serviços prestados à vida pública, seus relevantes serviços prestados ao Paraná, colocando-o em posição de destaque pelos relevantes serviços prestados ao Brasil.

E nós, nesta eleição, que é para nós uma das mais importantes — não pela nossa eleição para Deputado, mas sim, pela posição que o Paraná precisa continuar mantendo no cenário nacional, o Paraná voltará a marcar a posição que sempre teve.

Vi, com tristeza, há poucos meses, numa audiência em que estava o Governador Ney Braga, ele ligando para o Rio de Janeiro e fazendo um apelo ao Senador do Piauí, para que acompanhasse mensagens de interesse do Estado do Paraná.

É preciso que o Paraná volte a ter a posição que tinha, com Ministro, com Presidente do BNH, com CIBRAZEM, com Presidente do Banco do Brasil; é preciso que o Paraná reconheça e reconheça também que, na área federal, há quem não queira a vitória de Ney Braga e Saul Raiz, porque Ney Braga chegando no cenário nacional, vai preocupar muita gente, porque chegará a Presidente da República.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para concluir, Sr. Presidente. Apenas para dar inteiro apoio ao Deputado Gabriel Manoel, quando ele diz que as pesquisas eleitorais... (esgotado o tempo reservado à Liderança)

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença em plenário, do Sr. Álvaro Alves, Prefeito Municipal de Alvorada do Sul, e consulta a Liderança do PTB se quer fazer uso do horário que lhe é servado.

Ausente, consulta a Liderança do PMDB.

Com a palavra, o Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem o intuito de qualquer resposta ao pronunciamento do ilustre Deputado Airton Cordeiro, mas tão somente para repor algumas verdades, no que diz respeito ao que foi e que está sendo o Governo Ney Braga para o Paraná.

Devo dizer e reconhecer que é perfeitamente compreensível a atitude do ilustre Deputado Airton Cordeiro, bem como a de seus ilustres companheiros de bancada, em tecer loas ao Governo Ney Braga, que segundo noticiário da imprensa, deixará de ser Governo do Paraná a 14 de maio, para candidatar-se ao Senado da República.

Para algumas considerações e alguns reparos até, no que diz respeito o que foi o Governo Ney Braga para o Estado do Paraná.

Se analisarmos este Governo em termos de Paraná, em termos de verdadeiros interesses deste Estado, não podemos concordar com a maioria das afirmações do ilustre Deputado.

Se formos analisar, dentro do campo agrícola deste Estado, não vemos, não tivemos conhecimento de que o Governo Ney Braga tivesse traçado, para este Estado, uma política agrícola, que tivesse trazido benefícios para este Estado.

O que vemos é exatamente o contrário, pela ausência de uma política neste sentido, o Paraná tem perdido recursos extraordinários para outros Estados.

Se formos analisar os dados do IBGE, os últimos, vamos ver que no Estado houve uma concentração de propriedades, com uma conseqüente diminuição de pequenas propriedades. Trazendo isso como conseqüência principal, o aumento cada vez maior de desesperados, no campo.

O êxodo da população rural do Paraná é um fato. E isso tem trazido prejuízos no campo social, exatamente por uma falta de orientação governamental, neste sentido.

Outro aspecto que fica devendo o Sr. Ney Braga ao Paraná, é no que diz respeito à perda de representatividade política deste Estado, nos escalões maiores da República. Porque, nos dias de hoje, durante o seu governo, não tem o Paraná — apesar de ser este Estado o responsável por trinta por cento de nossa produção agrícola — não tem este Governo, e acredito que até por falta de prestígio do Governo que o nomeou, nenhuma figura de proa, na defesa dos interesses de nosso Estado.

Uma das coisas que fica a dever ao Paraná o Sr. Ney Braga é uma representação deste Estado no Superior Tribunal, na mais alta Corte de Justiça do País.

Porque, enquanto vemos outros Estados, a fazerem e conseguirem nomeações de ministros para aquela Corte, fica o Estado do Paraná — apesar de ter figuras da mais alta tradição jurídica do País — e até hoje o Paraná não teve a honra de ver um filho seu ocupar um lugar na mais Alta Corte de Justiça do País.

E isso é falta de prestígio junto ao Governo Central, porque outros Estados conseguem e não consegue o Paraná a nomeação de um filho seu?

E esta perda de prestígio, esta perda de representatividade do Paraná no concerto nacional, tem trazido não só prejuízos econômicos mas prejuízos culturais.

Temos visto e assistido durante o Governo Ney Braga, a falta de um posicionamento mais firme e mais coerente quando dos grandes movimentos sociais deste Estado, e nestas ocasiões Sua Excelência o Sr. General Ney Braga Governador deste Estado, tem procurado a situação mais cômoda que é aquela de permanecer em cima do muro.

Não temos assistido, infelizmente, um posicionamento desta ordem como governante deste Estado, durante esses 4 anos de governo inexpressivo em termos de política global do Paraná.

Temos assistido, isto sim, a um verdadeiro carnaval de propagandas, usando indiscriminadamente o dinheiro do povo para promoção pessoal, sua e de seus protegidos. Isto temos assistido pelas televisões e pelas rádios. É o retrato de um Governo que se despede, de um Governo que deixa muito a desejar, um Governo que encerra o seu período com grandes dívidas ao Paraná, porque o Sr. General Ney Braga, durante o tempo em que governou, teve em suas mãos a concentração do poder, teve a maioria nesta Assembléia Legislativa e inclusive o apoio da bancada de Oposição nas matérias sérias e de interesse do Paraná que para aqui encaminhou, mas não podemos concordar que se pretenda traçar um retrato mentiroso de uma administração que não foi o que se diz, que não é esta de "geração de progresso", que estamos com os olhos e os ouvidos poluídos de tanto ver e ouvir a um preço muito caro pelas televisões deste Estado.

Então não podemos, Senhor Presidente, ficar calados diante de afirmações com as quais não concordamos e com as quais não concordam o povo do Paraná e como se fala muito aqui em política do interior, em apoio do interior, eu gostaria de colocar aqui um fato bem recente e que aconteceu no interior deste Estado, um fato apenas para reavivar a memória de muitos, quando a Câmara Municipal de Assis Chateaubriand negou o título de Cidadão Honorário do Paraná, naquela cidade ao Governador do Paraná, por 8 ou 9 votos e com um particular, todos os vereadores daquela Câmara Municipal, pertencem ao PDS. Então aonde está o grande prestígio do Patriarca? Não vemos, não vemos.

E esta nossa afirmação Vossas Excelências haverão de tê-las quando o povo deste Estado, após 20 anos de ditadura e sem o direito de escolher o seu Governador, terá o direito agora para dizer e reafirmar o que estamos dizendo, desta tribuna, de dizer e reafirmar que o Paraná está longe de estar satisfeito com a administração do Sr. General Ney Braga, frente ao Governo deste Estado.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Quero agradecer a Vossa Excelência, Deputado, e ao mesmo tempo que declara, de início, que, as minhas críticas têm sido feitas ao Governo Ney Braga, pelas deficiências que este Governo tem trazido, em termos de desenvolvimento, de cultura, de progresso, ao Estado do Paraná, e na verdade, o Estado do Paraná é um Estado hoje ilhado por usinas hidrelétricas de grande porte, a parcela mais significativa do território paranaense em termos de produtividade, está, aos poucos, cedendo lugar para as grandes represas; depois de Foz do Areia, depois de Itaipu, virá Ilha Grande; o Rio Paranapanema invade as terras do Paraná, com as grandes barragens; e um aspecto mais importante, Deputado, é que, nada se fez por um Estado eminentemente agrícola como o Estado do Paraná, com relação a esta voragem que se chama Módulo de Parcelamento Rural, que a Oposição tem, reiteradamente, pedido ao Governo, ao Governo como um todo, para que os paranaenses não saiam expulsos por esse módulo de fracionamento rural e que até hoje nenhuma solução concreta foi dada a esse problema; os sindicatos, as cooperativas, as conquistas feitas nesse campo tem partido do Rio Grande do Sul, para beneficiar o Paraná — o chamado "passeio do trigo" que até hoje não foi solucionado, a questão recente que nós da Oposição viemos a esta tribuna ponderar aos representantes do Governo nesta Casa, contra o aumento de 100% na imposição do Imposto Inter-Vivos e de Causa Mortis, o acréscimo absurdo nas custas judiciais que foi, em última análise, transacionadas (entre aspas) aqui dentro desta Casa, modificando o projeto do Poder Judiciário! E...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre orador, que está encerrada a Hora do Expediente...

O SR. TRAJANO BASTOS — Apenas, Sr. Presidente, para concluir — quero dizer que o povo do Paraná espera que o novo Governo do Sr. Hosken de Novaes, nesse curto período em que irá governar este Estado, possa recuperar muito do que foi deixado de fazer pelo Governo Ney Braga. E, após 82, virá um novo tempo!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 61/81, constante da Ordem do Dia de hoje em segunda discussão. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Solicito de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 30 Srs. Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência nova verificação de "quorum", nova chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita do Sr. 1.º Secretário nova chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida nova chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 29 Srs. Deputados. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 67/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que concede o "TÍTULO DE CIDADÃ BENEMÉRITA DO PARANÁ" a LEONCIE LÉA CORREIA LEAL. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Santa Galo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor "EGAS PENTEADO IZIQUE". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Doutor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública o "CLUBE DO GOLFINHO", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/81), que autoriza o Poder Executivo doar à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná - Núcleo Regional de Cornélio Procopio, lote de terreno, situado na sede do referido município, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 163/81, de autoria dos Deputados ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR e GILBERTO AGIBERT FILHO, que concede o "Título de Cidadão Benemérito do Paraná" a Dom BASÍLIO EFRAIM KREVEY. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 31/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 40/82), que dá nova estrutura ao quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse projeto de lei oriundo de Mensagem do Poder Executivo, visa reestruturar o quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

A posição, Sr. Presidente que temos adotado com relação ao problema da reestruturação dos quadros de funcionalismo dos poderes constituídos, tem sido no sentido de trazer alguma contribuição para que esses Poderes possam adequar às suas Secretarias, o seu quadro de pessoal, senão identicamente, pelo menos próximo ao que tem ocorrido na estruturação do quadro do próprio Poder Executivo.

Assim, Sr. Presidente, temos procurado buscar subsídios nos Poderes que têm interesses na reestruturação dos seus respectivos quadros.

E quando fizemos uma visita ao Tribunal de Alçada, conversávamos com alguns servidores daquela instituição e sentíamos que se este quadro que já está em fase de 3.ª discussão, fosse aprovado na forma proposta, dentro em breve, o Poder Judiciário, ou o Tribunal de Alçada, voltaria a requerer, a ponderar alteração das fórmulas existentes e consignadas nesta Mensagem.

Entretanto, Sr. Presidente, referimos especificamente com relação ao quadro do pessoal que servirá àqueles cargos preenchidos por nomeação de caráter estritamente denominados de comissionados, ou cargos de confiança.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência me perdoe a intromissão, mas, só para alertar o eminente Deputado, que Vossa Excelência se propõe a fazer um pronunciamento de alto nível e me parece de grande interesse e eu vejo Vossa Excelência não tendo a compreensão e a atenção. Parece-me que Vossa Excelência deveria gastar um pronunciamento e um fato tão importante, numa hora mais oportuna. Na hora de "Explicações Pessoais", em que Vossa Excelência está falando, se não me falha no Regimento Interno, os Deputados estão aí a conversar, e sem prestar a devida atenção. Então, Vossa Excelência que se propõe a fazer uma coisa tão boa, não vai encontrar aquela ressonância que deveria.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a intervenção de

Vossa Excelência e estou fazendo este posicionamento, nobre Deputado, no turno da discussão, da terceira discussão deste projeto. Se não é o momento adequado para os Deputados ficarem na Casa, o problema foge à minha competência, ao meu controle, e ao controle desse Deputado. O que me cabe, nobre Deputado, é o exercício deste meu mandato, no tempo e no espaço em que eu posso fazê-lo.

É um problema histórico, sociológico, político, institucional, que nós estamos a viver. Quem tem ouvidos, que ouça, nobre Deputado e agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

Então, Sr. Presidente, o posicionamento adotado pelo egrégio Tribunal de Alçada, sempre — e tomo a liberdade de dizê-lo, — sempre que as mensagens vêm de outros Poderes, como é o caso também desta Assembléia Legislativa, o Poder Executivo bota, garganta abaixo dos representantes que têm assento nesta Casa, e aprovam, sem mais cuidados, de acordo com a vontade econômico-financeira talvez do Orçamento do Estado, as matérias de grande relevância para o comportamento da máquina administrativa do Estado.

Ainda hoje vim a esta tribuna, Sr. Presidente, tecer considerações sobre a postura da Ordem dos Advogados do Brasil, que, a exemplo de eminentes professores, e inclusive do ex-Ministro Clovis Ramalheira, que, sem favor nenhum, só se pronunciou com veemência, depois de deixar o seu assento naquela alta Corte de Justiça deste País, dizendo que a reforma do Poder Judiciário não correspondia às aspirações de toda a Nação brasileira. E uma das faces que vai, cada vez mais, ocultando o posicionamento dos Tribunais, neste País, é que, com o devido respeito, essas postulações representam a vontade dos seus integrantes, como também o é, a vontade dos integrantes que compõem este Poder, de tratar com mais acuramento, as leis que estão sendo votadas e discutidas. No caso específico do Tribunal de Alçada, seria de bom alvitre, para aquele Tribunal, pudesse guindar a seus postos de cargos comissionados, que as representações de denominações "DAS" fossem melhor aquinhoadas, para que os órgãos de assessoramento do Tribunal de Alçada, pudessem trazer o engrandecimento do próprio exercício daquela Corte de Justiça.

E nós estamos assistindo, Sr. Presidente, o Tribunal de Justiça, quando endereçou a esta Casa, através do Poder Executivo, depois de várias vezes investirmos desta tribuna com requerimentos pelo menos verbais, para que o Tribunal de Justiça enviasse à Assembléia Legislativa, Mensagem, para que pudéssemos apreciá-la no seu devido tempo, e a contento da sua estrutura, só o fez, depois de ter diversas discussões com o Poder Executivo.

E agora, encontra-se em Palácio uma nova Mensagem, uma nova solicitação, uma nova fórmula para adequar os quadros do Poder Judiciário, do Tribunal de Justiça, mais especificamente.

Então, eram essas as ponderações que queríamos. E procuramos o Tribunal de Alçada para fazê-lo. Porque não se encontra, no bojo deste projeto, uma adequação perfeita para que aquele Tribunal possa solucionar os problemas de natureza funcional, interna, levando a postos de alto grau os homens competentes, com remunerações condizentes à sua cultura e à sua capacidade.

O mesmo problema se encontra nesse projeto remetido pelo Governo, para adequar as posições do pessoal da Assembléia Legislativa. E é nesse sentido, Sr. Presidente, que venho, mais uma vez, declarar, aqui desta tribuna, que, lamentavelmente, são poucos os homens que cuidam de trazer, para os quadros de funcionalismo público as pessoas competentes para levar a máquina administrativa ao seu bom termo.

É neste sentido, Sr. Presidente, que deixo aqui, lamentavelmente, mais uma vez, o protesto pela falta de diálogo que existiu na elaboração deste projeto. E sempre que os outros Poderes tratam de matérias que vêm para o Legislativo, só o fazem através de conversas de gabinetes com representantes do Governo que tem assento nesta Casa. Vale dizer, com o Presidente da Casa, ou então com a Liderança do próprio Governo.

A Oposição, Sr. Presidente, tem trazido contribuições das mais valiosas para o aperfeiçoamento da legislação que se elabora nesta Casa. E exemplo disso tem sido no Magistério, nos Estatutos do Ministério Público, no Estatuto da Polícia — agora em discussão nesta Casa, no Estatuto do Magistério, e quantos outros, no Estatuto do Funcionalismo Público do Estado do Paraná, a contribuição da Oposição tem sido com um único objetivo, o de aperfeiçoar os trabalhos e os quadros funcionais

de todos os Poderes.

Porque, se observarmos, Sr. Presidente, as autarquias, as empresas públicas — faço aqui um parêntesis: a COPEL que tem em seus quadros homens que vivem a viajar pela Europa, ganhando cerca de 500 mil cruzeiros mensais, mais precisamente, 480 mil cruzeiros por mês, e que nenhuma contribuição funcional trazem àquela empresa! Tem razão o funcionalismo público deste Estado em se revoltar com as medidas que poderemos até entre aspas dizer "casuísticas" para solucionar problemas daqueles que rodeiam o poder.

É lamentável, Sr. Presidente, que esta Casa não tenha tido, no curso destes anos que aqui temos tido assento, não tenha tido o cuidado suficiente para discutir essas matérias distante dos interesses partidários.

E as imperfeições que esta Casa traz serão imperfeições que serão lançadas na própria sociedade. E se não tivermos cuidado suficiente, Sr. Presidente, não teremos dignidade, responsabilidade, para exigir do Estado, da sociedade, o aperfeiçoamento das instituições e o engrandecimento da própria postura do homem público!

Deixo aqui, triste, Sr. Presidente, mais uma vez, este posicionamento que tenho trazido modestamente, reiteradas vezes, a esta tribuna. Gostaria que os Poderes, sobretudo o Judiciário, quando mandasse matéria para esta Casa, consultasse não só a Liderança do Governo, que muitas vezes involuntariamente deixa, ou permite, que as leis sejam aprovadas ao crivo do apressamento colocado pelo Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 35/82.

Encerrada a discussão do Projeto de Lei n.º 61/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/81, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EX-INTEGRANTES DO 5.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE", com sede e foro na cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE MAÇÔNICA DE BENEFICÊNCIA - SOMABE", com sede e foro em Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 173/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Pato Branco. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/82, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DA DIVINA PROVIDÊNCIA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Jangada no Município de Iporã com as seguintes divisões e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Nilza no Município de Iporã, com divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que cria o Distrito Administrativo de Guaiporã, no Município de Iporã, com as divisas e confrontações que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/82, de autoria do Deputado GILBERTO REZENDE DE CARVALHO, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA CAPA DOS POBRES", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81), que dispõe sobre novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. (Anexa Mensagem Aditiva n.º 50/82). (APROVADO O PROJETO NESTE TURNO, POR APRECIAR AS EMENDAS). Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL — COM EMENDAS — E EMENDA DE PLENÁRIO. — **Encerrada a discussão.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/81, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que declara de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 153/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1981.

(a) FLORIVALDO PALÁCIOS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade proporcionar assistência social com alcance regional as pessoas carentes e necessitadas do Município, independente de cor, credo religioso e nacionalidade, prestando assim relevantes serviços à comunidade platinense.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do projeto de lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 153/81

De autoria do ilustre Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, visa o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "LOJA MAÇÔNICA SALDANHA MARINHO II", com sede na cidade de Santo Antônio da Platina.

O processo, baixado anteriormente em diligência, traz agora os requisitos legais e regimentais devidamente preenchidos, razão porque não existe qualquer impedimento à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Por estas razões, nosso parecer é favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/82, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 07)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 12/82

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "SOCIEDADE IRMÃS FRANCISCANAS DO CORAÇÃO DE JESUS", com sede na cidade de Rolândia.

Foram cumpridas as formalidades legais e regimentais, motivo porque somos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 16/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 10)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 16/82

Objetiva o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES ESTADUAIS DE GOIO-ERÊ", com sede e foro na cidade de Goio-Erê.

Cumpridas que foram as formalidades legais e regimentais, nada impede a tramitação do projeto pelos demais órgãos deste Poder.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de abril de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 25/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que estabelece nos mesmos percentuais fixados pela previdência social federal, a contribuição do funcionário aposentado ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 14)**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Angelin Jacomel, ocorrido em 8 de maio, na cidade de Piraquara. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao escritor paranaense José Wanderley Dias, pelo lançamento das obras "Canção do Não-Esquecer" — "O que o Vento Conta" e a comemoração das 7.000 crônicas "A Vista do Meu Ponto", realizado em tarde-noite de autógrafos no dia 07 próximo passado, em nossa Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, encarecendo que o traçado da Rodovia Toledo-Santa Helena passe pela avenida principal do Distrito de Ouro Verde.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura e Presidente do INCRA, encarecendo estudo e urgentes providências para que seja efetuada a arrecadação do Imposto Territorial Rural de um exercício no exercício seguinte, nos meses de abril e maio.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo a implantação de Corpo de Bombeiros em Toledo-Pr.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Ministro da Fazenda, Governador do Estado e Secretário de Estado das Finanças, encarecendo seja feito estudos e urgentes providências a fim de que seja impedida a revogação da isenção do ICM, incidente sobre aves.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários de Estado da Educação e dos Recursos Humanos, encarecendo providências visando a promoção para a Classe "B", nível 2 dos Professores da Classe "A", nível 1, com mais de 20 anos de tempo de serviço independentemente de habilitação.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da República, sugerindo o reconhecimento por parte do Governo brasileiro, da representatividade da Frente Farabundo Martí Para a Libertação Nacional e da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de matéria publicada pelo jornal "Gazeta do Povo", edição de 03/05/82, coluna "Gazeta na Justiça", com o título "A propósito do estacionamento pago Estar", do Dr. Aloísio Surgik.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a formulação de apelo aos Srs. Ministros Amaury Stábele, Delfim Neto, Ernane Galvêas, aos presidentes do Banco do Brasil, Banco Central e da Comissão de Financiamento da Produção, bem como aos diretores de crédito rural do Banco do Brasil e do Banco Central, para atendimento das reivindicações endereçadas pela Organização das Cooperativas do Paraná.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministério da Saúde, ao Serviço Nacional de Fiscalização Farmacêutica e ao Instituto Nacional de Pesos e Medidas, encarecendo a proibição de embalagens de produtos farmacêuticos, especificamente pomadas, em bisnagas de plástico opacas, como forma de evitar-se que o povo seja ludibriado no que diz respeito a quantidade de medicamentos inferior ao constante da embalagem.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura, encarecendo a implantação de um Posto de Vacinação de Suínos, no Município de Dois Vizinhos.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, sugerindo a exclusão da cobrança de custas periciais no cancelamento do Seguro Agrícola.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Divisão de Taquigrafia desta Casa, pelo transcurso do Dia do Taquígrafo, ocorrido em data de ontem, dia 6 de maio.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, apelando no sentido de determinar estudos para a instalação de um telefone público no Bairro da Fazendinha, em Campo Largo.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, encarecendo estudos no sentido de determinar a eletrificação da Vila Campina dos Pretos, em Quitandinha-Pr.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, apelando no sentido de determinar estudos para eletrificação das residências da Rua Araújo, em Barro Preto, Município de São José dos Pinhais.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico, na localidade de Gramadinho, Município de Cascavel.—

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Presidente da SANEPAR, encarecendo urgentes providências no sentido de ampliar a rede de água no Município de Campo Largo, no trecho compreendido entre o final da Rua Padre Natal Pigato e a estrada da Sereia, passando pela localidade de Rondinha.—

Encerrada a discussão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 11, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 67, 90, 91, 144, 148, 157, 159, 163/81 e 31 e 35/82.

EM VOTAÇÃO:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 61, 81, 111, 173/81; 02, 08, 09, 10 e 15/82. Do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

EM VOTAÇÃO:

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 153/81, 12, 16, 25/82.

Levanta-se a sessão.